



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REALIDADE BRASILEIRA – 2ª EDIÇÃO

LUNÉIA CATIANE DE SOUZA

**CONDIÇÕES E PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA – COOPAFI DO
MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

FRANCISCO BELTRÃO-PR

2023

LUNÉIA CATIANE DE SOUZA

**CONDIÇÕES E PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA – COOPAFI DO
MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, como requisito para obtenção do título de especialista em Realidade Brasileira.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli

FRANCISCO BELTRÃO-PR

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Lunéia Catiane de
Condições e Perspectivas da Juventude na Cooperativa
de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPAFI do município de Francisco Beltrão-PR / Lunéia
Catiane de Souza. -- 2023.
21 f.:il.

Orientador: Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Pedro Ivan Christoffoli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Especialização em Realidade Brasileira, Laranjeiras do
Sul,PR, 2023.

I. Christoffoli, Pedro Ivan, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUNÉIA CATIANE DE SOUZA

**CONDIÇÕES E PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE
COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA – COOPAFI
DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, como requisito para obtenção do título de especialista em Realidade Brasileira.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 10/03/23.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI
Data: 10/04/2023 09:04:10-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof. Dr.º Pedro Ivan Christoffoli - UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 VALDEMAR ARL
Data: 10/04/2023 12:10:59-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Dr.º Valdemar Arl
Avaliador



Esp. Ari de David
Avaliador

CONDIÇÕES E PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA – COOPAFI DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR

Lunéia Catiane de Souza

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo geral analisar quais elementos influenciam na permanência e/ou na saída dos jovens do campo em meio ao aprofundamento do projeto do capitalismo para o campo, no contexto da região Sudoeste do Paraná. A partir disso, analisar como é a relação dos jovens com a família, com o trabalho e renda no campo e relação com a COOPAFI. Foram entrevistados 13 jovens, sendo oito homens e cinco mulheres. Destes, sete são os principais responsáveis pela gestão da UPVF¹, sendo que dependem amplamente do trabalho que desenvolvem para sobreviver. Estes são os jovens que não pretendem sair do campo. Os seis jovens em que a UPVFs são gestadas pelos pais, são os jovens que pretendem sair do campo, quatro deles trabalham com os pais e possuem participação na renda familiar. Conclui-se que a falta de autonomia na gestão das UPVFs e a questão do trabalho penoso no campo, foram um dos principais motivos que contribuíram na decisão da não permanência no campo de quase metade dos entrevistados. É importante que se construa condições materiais para a permanência dos jovens no campo, mas é um processo que necessita de um amplo diálogo entre a família para a garantia e liberdade do envolvimento dos jovens com processos organizativos, formativos e participação nas políticas e programas específicos para a juventude, quando houver, que levem em consideração linhas de crédito, tecnologias apropriadas a pequenas unidades de produção e garantia de comercialização. Este processo precisa ser canalizado na organização dos jovens, neste caso na COOPAFI, com um amplo processo de formação e luta para garantia de melhores condições para o campo, especialmente para os jovens.

Palavras-Chave: juventude, campo, cooperativa, capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

O avanço do agronegócio e da monocultura, tem expulsado as populações do campo, mais intensamente a partir da década de 1970. Grande parte das pequenas propriedades rurais foram substituídas por grandes extensões de lavouras. Este projeto de produção em grande escala teve como consequência a exclusão das populações, do modo de vida e produção do campo. O modo de vida camponês, como não corresponde a esta reestruturação do campo, é desqualificado cultural e produtivamente. Neste processo de muita resistência e luta, os que se mantiveram, foram ao longo dos anos, encontrando formas de se adaptar a esta lógica de produção, denominada por alguns críticos como o “agronegocinho”, ou encontrando brechas para uma produção diferente do que estava sendo proposta, repleta de desafios numa ampla contraditoriedade.

A industrialização da agricultura representou uma passagem da dependência das condições naturais para produzir alimentos, para o conhecimento e controle cada vez maior da natureza. A revolução verde aumentou a capacidade de produzir, mas não alterou a estrutura fundiária, mantendo um caráter conservador da posse da terra, sem distribuição de renda e riqueza.

Essa agricultura moderna, assim como outras áreas, é mais um ramo de aplicação do capital, tornando-se portanto, subordinada ao capital, que objetiva produzir lucro em vez de

¹ “Unidades de Produção e Vida Familiar, conforme definição cunhada pela ASSESOAR no âmbito das Escolas Comunitárias de Agricultores - ECAs, em meados dos anos de 1990, em conjunto com Sindicatos e Associações de pequenos agricultores do Sudoeste do Paraná” (DUARTE, 2019, p. 91).

alimentos. O uso de fertilizantes químicos, mecanização, pesticidas, contribuiu no aumento da produtividade, o mesmo também tem causado, uma série de modificações na natureza, contaminando o ambiente e o ser humano.

As famílias que permaneceram no campo, vão se forjando, sobrevivendo e se construindo dentro deste sistema. As crianças e jovens vão sendo formados neste espaço em modificação. Com características da educação patriarcal, conservadora e tradicional, mas também com elementos de uma sociedade em constante modificação com mais tecnologias, acesso à internet e outros modos de vida. Portanto, o desafio de compreender a juventude nesse contexto, requer uma análise mais profunda sobre a estrutura da sociedade. O contexto no qual o objeto de estudo se situa, faz parte de uma dinâmica maior de mundo, que reflete estrutural e conjunturalmente na vida dos jovens do campo.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi analisar quais elementos influenciam na permanência e/ou na saída dos jovens do campo em meio ao aprofundamento do projeto do capitalismo para o campo, no contexto da região Sudoeste do Paraná. E como objetivos específicos: 1) Analisar a relação dos jovens com o trabalho e renda no campo; 2) Verificar a autonomia dos jovens na gestão da UPVF; 3) Compreender o papel dos jovens na COOPAFI e 4) Perspectivas da juventude do campo para o futuro.

Os escritos que compõem este trabalho são reflexões iniciais que podem contribuir para uma análise mais ampla da saída e/ou permanência dos jovens do campo na totalidade, para além da base da COOPAFI, pois o envelhecimento do campo é uma realidade preocupante para a continuidade da agricultura familiar e campestre, principalmente.

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, faz parte do Curso em Especialização em Realidade Brasileira, pela UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, em parceria com a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR e com o Fórum Regional das Organizações e Movimentos Populares do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná. O curso tem como premissa a prática-teoria-prática, em completa relação com a realidade como primeiro espaço da constituição do conhecimento.

Para contribuir nesse processo, o curso tem como diferencial o trabalho em torno das Unidades de Estudo - UEs, que seriam, conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso (2019), processos da realidade na região, que serão casos de estudo, compreendendo seu contexto e contribuindo ou apontando contribuições para a sua transformação, assim como, num processo dialético, com os envolvidos nessa construção. Neste caso, a Unidade de Estudo acontece em torno da Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI, que foi fundada em 1990 por um grupo de mulheres, em que sua nomenclatura inicialmente era COOPAFI Cooperativa de Produção Artesanal da Agricultura Familiar. Em 2000, passou a ser uma cooperativa de comercialização de produtos da agricultura familiar em articulação com outras 10 COOPAFIs que foram fundadas no mesmo período, no Sudoeste. A organização da COOPAFI-FB acontece no entorno dos Programas Institucionais como Compra Direta e PNAE, atende as escolas e o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Francisco Beltrão. A COOPAFI tem 90 sócios. A cada ano, dependendo dos programas, do interesse dos agricultores/as e disponibilidade dos produtos, o número de sócios ativos pode variar.

Entre os encontros com a direção da cooperativa, participação da Assembleia e em algumas atividades que a COOPAFI participou, alguns desafios foram sendo debatidos e refletidos na Unidade de Estudo-UE, os quais foram base para elaboração deste TCC. Abaixo seguem alguns destes desafios:

- Dependência financeira de 90% dos Programas Institucionais – esse vínculo exclusivo com os programas acaba sendo um risco para a cooperativa, visto que, dependendo do governo e administração das prefeituras, fica uma relação instável. No entanto, apesar disso, são programas importantes para garantir a sustentabilidade de famílias no Paraná. Desde 2019, com a aprovação da Lei, que prevê que toda a alimentação escolar das escolas estaduais deve ser 100% orgânica, muitas famílias puderam ser beneficiadas, fortalecendo as

cooperativas nessa relação direta. Isso também depende do grau organizativo da cooperativa, no caso da COOPAFI que tem como base os associados, a COOPAFI Central e o vínculo com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES. Teriam outras possibilidades de comercialização, mas depende de um planejamento e um envolvimento de mais parcerias regionais para cobrir a demanda necessária a um preço justo, sem que se torne um nicho de mercado, sendo acessado apenas por quem tem melhores condições salariais, por exemplo, mas que a população de baixa renda pudesse adquirir.

- A sucessão geracional da cooperativa e da agricultura familiar como um todo – depois do acompanhamento pela UE, este desafio apareceu pela primeira vez na Assembleia realizada no dia 09 de março de 2022. Veio como uma preocupação da não permanência da maioria dos jovens no campo e também por ter pouca participação dos jovens nas atividades da cooperativa e na sua direção.
- Transição Agroecológica - a burocracia em torno dos processos de transição tem dificultado encontrar famílias dispostas a começar e finalizar a transição agroecológica para o processo de certificação. O não reconhecimento da transição agroecológica como uma parte do processo, bem como a burocratização viraram impedimentos para o avanço da agroecologia, em que mais afasta do que agrega agricultores no processo de certificação agroecológica. Isso traz preocupação de como as COOPAFIs poderiam fazer sobre nesse processo da burocratização. Contudo, apesar destes desafios, mantém-se um grupo pequeno de famílias que estão envolvidas na transição.

Estes foram os desafios centrais. Outros estão relacionados a desafios regionais em torno da produção. A concorrência no mercado, o baixo valor agregado aos produtos da agricultura familiar, a falta de industrialização dos produtos, garantir alimento todo o ano a um preço justo, e a insegurança dos agricultores a produzirem, pois é necessário ter garantia na comercialização, e isso tem sido uma das maiores preocupações da cooperativa.

Inicialmente, foi realizado um trabalho em conjunto com a COOPAFI de identificação inicial das famílias ou jovens ligados à cooperativa. Posteriormente, foi realizado o trabalho de campo, nos dias 06, 07, 12 e 13 de dezembro de 2022, entrevistando 11 jovens (de 18 a 34 anos) e dois adultos que iniciaram o processo na UPVF, ainda jovens (hoje com 37 e 41 anos), numa faixa de idade que pode variar de 28 a 35 jovens em que são sócios ou que os pais são associados da COOPAFI.

Este trabalho estará dividido em duas partes: a primeira abarcando aspectos gerais sobre a região onde está situada a Unidade de Estudo, com breve contexto histórico e estruturação do capitalismo no campo e num segundo momento as consequências deste modelo para as populações do campo, especificamente para a juventude e quais perspectivas dos jovens na permanência e/ou saída do campo na região do Sudoeste do Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. Contexto do capitalismo no campo, realidade do Sudoeste do Paraná

A região Sudoeste do Paraná é marcada pelo histórico de luta pela terra, com a Revolta dos Colonos em 1957, sendo um marco importante e significativo para a compreensão da região. Segundo Duarte (2003), o avanço do capital no campo na região Sudoeste do Paraná, aconteceu a partir dos anos 1960, se estruturando com mais intensidade na década de setenta, assentada no minifúndio, que seriam pequenas propriedades rurais, estrutura fundiária definida pelo sucesso da revolta de 1957.

A partir da década de 1960, o Brasil passa a vivenciar um processo de modernização capitalista da agropecuária, com a importação de tecnologias para o setor a montante, bem como de um novo direcionamento na pauta de produtos para atender o ramo agroindustrial,

estabelecido à jusante. Este período da chamada modernização da agropecuária brasileira provoca mudanças na estrutura territorial no Brasil e, evidentemente, no Paraná. Todavia, tais implicações afetam de forma mais intensa e consistente a região Norte do estado. No Sudoeste do Paraná, os efeitos se objetivam de forma tardia e com características específicas, em virtude das particularidades do processo de colonização e de seus desdobramentos territoriais (SANTOS, 2008, p. 21).

Antes da migração de famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através da Marcha para o Oeste em 1940, nas terras Sudoestinas, apesar de pouco mencionados, viviam indígenas e caboclos, que tinham como principal meio de sobrevivência a caça, a pesca e a coleta. (Abramovay, 1981). Com a chegada dos migrantes, muitos foram para outras regiões, uma parte permaneceu no Sudoeste participando da luta pela terra que mobilizou os novos sujeitos que reivindicavam o direito à propriedade legal de suas posses e a eliminação da grilagem praticada pelas novas companhias imobiliárias (KOLING, 2018).

Segundo Duarte (2003), os colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, migraram para o Sudoeste em decorrência do avanço do capital no campo que estava levando à concentração das terras naqueles estados, tendo como alternativa a migração. No entanto, o projeto de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná também estava em curso, o que moldará e modificará as relações de produção existentes. A estabilidade dos colonos ao se instalarem na região era de suma importância e favorável ao capital comercial local, pois este também se desenvolvia e lucrava com os migrantes, que estabelecia uma relação de compra da produção e a venda de máquinas e insumos, ou seja, esse crescia com a apropriação da renda da agropecuária praticada pelos colonos, uma vez que também estavam sendo alvo pelas companhias colonizadoras que exigiam que pagassem pelas terras, as quais já haviam requerido junto aos órgãos do governo federal.

Os jagunços, como são conhecidos na região, eram contratados pelas companhias de colonização grileiras como a CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, para “cobrar” de forma violenta, pelas terras ocupadas pelos colonos. Neste processo, todos e todas sofreram inúmeras violências, principalmente mulheres e crianças, que na maioria, ficavam nas propriedades, enquanto os homens saíam para o plantio ou outro trabalho. *“A violência promovida pelos jagunços das Companhias Colonizadoras, que, por sua vez, agiam acobertados pelas polícias estaduais (civil e militar), contra as mulheres também foi um dos fatores, senão, o estopim para os Levantes Armados”* (PEREIRA, 2020, p. 55). Esta situação instaurou muito medo e insegurança na região, que de acordo com Duarte (2003), cria o clima favorável para que o capital comercial local organize e dirija uma revolta armada.

Importante perceber que a direção do processo, contraditoriamente, não foi dos colonos, isso não quer dizer que não houve o envolvimento deles, mas compreender que havia muitos interesses em jogo, não apenas a injustiça que estava sendo acometida a eles.

Os colonos, subalternamente, pegaram em armas, expulsam as companhias colonizadoras e sua pistolagem e obrigam o governo a adotar uma política de reconhecimento da sua posse da terra, levante conhecido como a Revolta de 1957. Esta reação será determinante na configuração da estrutura fundiária da região na forma de minifúndios, explorados por famílias dos ocupantes, bem como determina o setor do capital comercial que crescerá com a extração do sobretrabalho destas famílias (DUARTE, 2003, p. 18).

Pequenas propriedades identificadas em sua maioria pela agricultura familiar, como um modo de produção e de vida, se inserindo no mercado e na dinâmica da agricultura moderna, que só se viabilizou porque este era um mecanismo compatível com o processo local de acumulação do capital *“quer dizer a agricultura familiar não é uma forma histórica de resistência ao capital ao contrário foi viabilizada na medida em que constituiu-se no mecanismo eficiente de transferência de renda para o capital industrial e bancário”* (DUARTE, 2003, p. 18).

A caracterização histórica do sudoeste do Paraná, herdou aspectos organizativos de muita resistência e luta. Muitas experiências são desenvolvidas na região na busca pelo fortalecimento e

ampliação da produção de alimentos aquém do modelo predominante. Mas esta perspectiva, se desenvolveu depois da viabilização da Revolução Verde, na dinâmica e na contraditoriedade da consolidação deste modelo, na exclusão e ficando aquém, que a organização e a luta dos minifúndios se coloca na disputa: “Fruto da luta contra a estratégia de desenvolvimento do campo centrada na empresa rural é que, no início dos anos 90, é cunhada a expressão Agricultura Familiar, reposicionando politicamente os ocupantes dos minifúndios, até então denominados “pequenos produtores” (DUARTE, 2003, p. 18).

Esta reconfiguração do campo, causado pela modernização da agricultura, modificou as relações de trabalho e modo de vida das populações. Quem não se submeter ao modelo de produção imposto pelo capitalismo no campo, é excluído ou perde a autonomia de produzir, tendo que se adequar às demandas e preços do mercado, empobrecendo, se endividando e se isolando, na maioria das vezes.

O direcionamento desta política, cuja mensuração é visivelmente produtivista, além de não potencializar outra forma de desenvolvimento, pode acirrar problemas já desencadeados na década de 1970, quando da introdução da revolução verde, como o endividamento junto ao sistema financeiro, o uso indiscriminado de técnicas e tecnologias que gera uma forma de degradação da terra (SANTOS, 2008, p. 77).

O endividamento é causado pela tentativa de adequação dos minifúndios à dinâmica do mercado e àqueles que não entram nessa dinâmica, ou como diz Duarte (2003), não se encaixavam ao modelo sob a ótica da agricultura empresarial e seletiva, é reservada uma política de compensação, um tratamento marginal implementado via programas especiais de combate à pobreza. Programas estes que, também para mantê-los, muita luta e resistência foram necessárias, inclusive presentemente.

Aqueles que se mantiveram no campo, encontraram outras formas de se organizar e viver. Uma parte se capitalizou, se inseriu no mercado, na base produtiva do Sudoeste do Paraná, organizado para atender as demandas nacionais e internacionais, que em sua maioria é baseada em monocultivos como milho, soja e trigo, sistemas de integração (frangos e suínos) e produção leiteira. As pequenas propriedades também produzem para a subsistência, e algumas se inserem em sistemas de produção como feiras, vendas diretas. Outras arrendam suas terras, pela pressão exercida pelos grandes proprietários e como forma de sobrevivência e permanência no campo, entre outras formas. É uma condição de vida e produção com muita dificuldade por falta de tecnologias e políticas públicas apropriadas a pequenas extensões de terra.

A grande concentração de terras que existe no Brasil por uma minoria, em que menos de 1%, concentra quase a metade das terras, deixa milhares de famílias sem terra para produzir e viver e milhares de famílias com diversas dificuldades de reprodução da vida (ex educação, saúde, lazer...) e de renda dentro da lógica de produção do agronegócio.

Além disso, o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, aumentou a produtividade, mas o mesmo também tem causado, uma série de modificações na natureza, contaminando o ambiente e o ser humano. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2021), o consumo de agrotóxicos cresceu 700% nos últimos 40 anos. E apesar deste dado alarmante, desde o início do Governo Bolsonaro (2018 a 2021), quase 1.750 novos agrotóxicos foram liberados, muitos de alta toxicidade, sendo que destes, 30% são proibidos na União Europeia. A agressividade no aumento da utilização dos agrotóxicos, com a justificativa de aumentar a produção e logo acabar com a fome, coloca em evidência mais uma vez de que esta forma de produzir existe para concentrar terras, riquezas, produzir mais-valia e gerar lucro para uma minoria, causando o empobrecimento e adoecimento da população.

Neste processo de modernização da agricultura, o capital estabelece uma linha de produção com produtos padronizados, em larga escala. Para isso precisa de complexos agroindustriais para abarcar esta produção, viabilizada por meio de transporte, crédito e assistência técnica. A exemplo, o processo de integração na região, em produtos tais como leite, carnes (suínos, aves), que se expandiu e é uma das bases da economia no sudoeste (DUARTE, 2003).

Neste sentido, modernizar a agricultura significa realizar a produção em outro padrão tecnológico. No Brasil, mais efetivamente, a modernização não tem este sentido e, sim o da incorporação de técnicas que consolidem a constituição dos complexos agroindustriais, pelo caminho da industrialização da atividade agrícola (SANTOS, 2008, p. 80).

No Sudoeste do Paraná, segundo Duarte (2019), as maiores empresas integradoras da produção agropecuária, BRF S.A (antiga Sadia) e Souza Cruz, dinamizam os maiores volumes de produção, em que muitos agricultores têm entrado no processo de integração pela queda progressiva de renda nas outras atividades agropecuárias, nos últimos 20 anos. Isso vem de encontro nos escritos acima sobre o processo de exclusão que os pequenos agricultores têm passado, precisando migrar para outras atividades em busca de sobreviver e de se manter no campo, mas sempre dentro do mesmo sistema de exploração.

Outro exemplo, também ocorre na dependência de grande parte dos agricultores, com as cooperativas que representam grandes empresas do capital, que surgiram com a modernização da agricultura. A partir da década de 1970, as cooperativas, passam a competir entre si, tornando-se grandes empresas comerciais e industriais, que juntamente com outras empresas passam a demandar matéria-prima para a atividade agroindustrial, em que mais uma vez, o Estado viabiliza com recursos públicos, mediando uma aliança entre diferentes atores sociais (SANTOS, 2008).

Para contrapor ao gigantismo das cooperativas tradicionais os agricultores da região do Sudoeste do Paraná também se organizam por meio de cooperativas, segundo David (2009), isso ocorre no início da década de 1990, num movimento associativista como alternativa e, principalmente, à necessidade de reconstruir um projeto novo de organização da produção para aqueles que se sentiam excluídos do processo em curso.

Essas novas cooperativas surgem como parte do sistema cooperativista da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, que já havia se estruturado quanto ao crédito (Cresol), as especializadas na atividade leiteira (Claf), específicas à pequena agricultura. Ao novo enfoque adotado pelo cooperativismo pela organização e luta somam-se, na sequência, programas oficiais de apoio ao cooperativismo que o faz expandir-se de maneira rápida, especialmente no caso do crédito e do leite. Foram estes programas oficiais de estruturação física e organizativa que impulsionam também o surgimento das COOPAFIs, permitindo, na maioria delas, a construção de um espaço físico denominado na época como “mercado do produtor”, e aportes para níveis iniciais de assistência técnica na produção, esforçando-se para estruturar canais de comercialização voltados para os centros populacionais maiores e integrar-se ao mercado institucional (DUARTE, 2019).

Depois, no decorrer dos anos, estes programas se modificam, algumas destas cooperativas focam em outras áreas de produção alinhado à conjuntura de cada período, principalmente depois de 2016 com o golpe de Estado e entrada de um governo de extrema-direita em 2018, dificultando ainda mais o avanço do cooperativismo. A proposta de cooperativa, mesmo ligado contraditoriamente, tendo que utilizar dos mesmos métodos e estratégias para concorrência do mercado, como diz Farjado & Rocha (2021), tem acima de tudo o viés de sobreviver e se manter neste sistema de forma menos agressiva, em que a força e o empenho coletivo, dão voz e vez a um grupo específico de pessoas associadas e ligadas a um bem comum. No caso das COOPAFIs, na produção de alimentos e garantia de renda para a agricultura familiar, entretanto existem as contradições como aquelas que atuam com a produção convencional, uma luta que ainda é necessário avançar na região.

Este breve contexto sobre a formação histórica e alguns elementos da atualidade organizativa e produtiva do Sudoeste do Paraná, traz reflexões em torno do modelo produtivo vigente, cujo propósito em modernizar a produção agrícola no Brasil foi concretizado, causando a exclusão e empobrecimento da maioria dos pequenos agricultores. Aqueles que não migraram para as cidades, se adequaram com várias dificuldades à lógica de mercado (nos vários ramos e cadeias produtivas do agronegócio), outros são dependentes de programas institucionais, logo dependentes de que política será aplicada em cada governo; há os que tentam por conta própria produzir e realizar vendas diretas, enquanto outros acabam arrendando suas terras, em decorrência das

dificuldades de mão-de-obra e falta de tecnologias apropriadas, entre inúmeras outras consequências como resultado da expansão do capitalismo no contexto do campo brasileiro.

Neste trabalho, não foram abordadas tantas outras lutas pela terra travadas no Sudoeste do Paraná que compõem a configuração agrária da região, como as áreas indígenas, os acampamentos, assentamentos e as lutas organizadas pelos atingidos por barragens com os reassentamentos e o deslocamento compulsório das famílias para outras áreas. Neste emaranhado de situações da vida concreta das populações do campo, percebe-se que todas elas recaem, na maioria, em saídas individuais, em que os agricultores é que precisam se resolver individualmente, próprio da lógica imposta pelo sistema capitalista.

A complexidade deste sistema, interfere nos princípios e valores da solidariedade e cooperação. A competição, a concorrência e a individualidade entre a classe trabalhadora, é o que prevalece. O estudo e a qualificação do trabalho é importante, mas no sistema capitalista, o objetivo é “que vença o melhor” e nem todos os/as trabalhadores/as têm acesso ao conhecimento para se qualificar e também nem todos/as, tem um trabalho, terra e condições adequadas para viver.

Portanto, visto a realidade desafiadora que este modelo de produção excludente coloca para a sociedade, é de extrema importância, a construção de espaços para promover a cooperação, que deve ser um objetivo na luta da classe trabalhadora. Esta compreensão, precisa ser amplamente discutida nos espaços organizativos dos trabalhadores e trabalhadoras. Levar as pessoas a cooperarem, a partir de uma estratégia muito bem estabelecida em todos os aspectos da vida. Cooperação precisa ter organização e ampla formação específica para este viés, para que todos os/as envolvidos caminhem no mesmo rumo.

É importante pensar em programas e medidas paliativas, melhorando as relações sociais e as condições de vida, ainda que dentro do sistema capitalista, mas precisam estar baseadas e canalizadas na transformação da sociedade.

2.2. Impactos do agronegócio para a juventude do campo

Compreender o contexto do Sudoeste do Paraná, traz à tona as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo. As condições de vida das populações rurais são resultado de como este modelo de produção foi se reestruturando e rompendo com as relações produtivas, sociais, econômicas e ambientais que se tinha antes da Revolução Verde. Neste debate, não é ser contra o avanço das forças produtivas, mas sim sobre as novas formas de exploração e concentração de terras e de riqueza, ao mesmo tempo que aumenta a produção de alimentos, contraditoriamente aumenta a desigualdade de acesso aos alimentos.

Este processo levou à expulsão de grande parte do povo do campo para a cidade, diminuindo a mão de obra em conjunto com o envelhecimento do campo, falta de tecnologias apropriadas às pequenas propriedades, políticas públicas, crédito, dentre outras dificuldades. Neste contexto, produzir alimentos saudáveis é ainda mais dificultoso, é um processo de “nadar contra a corrente”. As pequenas propriedades vão sendo engolidas pelas grandes propriedades e cercadas pela intensidade do uso de agrotóxicos. “(...) *parcela dos camponeses expulsa do campo vai constituir o chamado exército de mão-de-obra de reserva, ou seja, os desempregados disponíveis para os capitalistas para quando necessário ou para pressionar a baixa dos salários*” (CEZIMBRA, 2021, p. 29).

Este exército de mão-de-obra, em sua maioria, são jovens que saem do campo, principalmente para encontrar trabalho e lazer, com base na ideologia urbana. Se saem em busca disso na cidade, isso quer dizer que são pilares que carecem no campo, justamente como já mencionado, pois o campo foi reestruturado para abarcar grandes extensões de lavouras, produções em larga escala e não para possibilitar a permanência das populações no campo.

A incorporação da agricultura familiar ao mercado, sobre a lógica do capital, avança de forma seletiva, excluindo progressivamente as parcelas da população menos capitalizadas, fator que influenciou decisivamente nos ritmos do êxodo rumo aos centros urbanos. Este êxodo

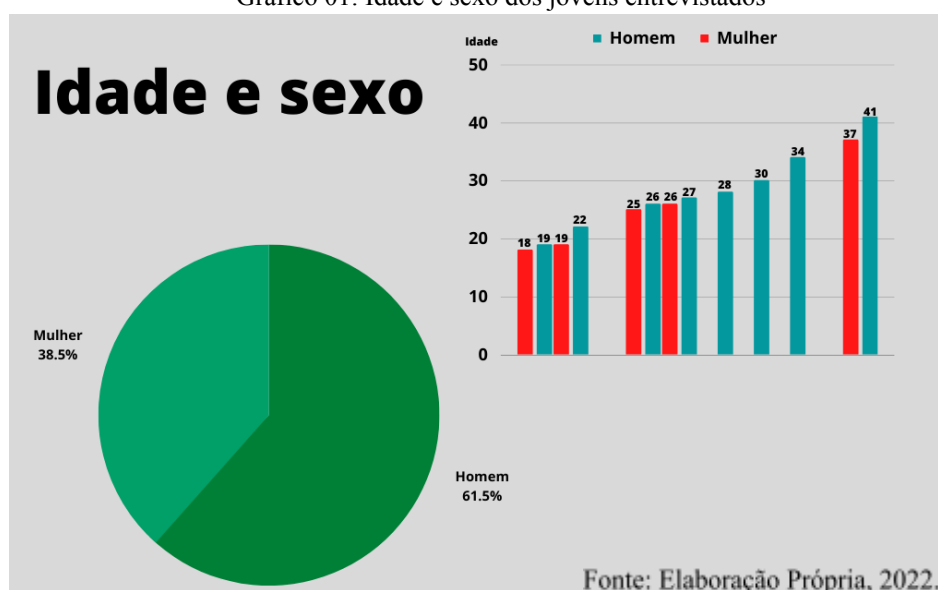
foi o mais intenso até o final da década de 80 e, no final deste período, a maior parte dos migrantes era de jovens (DUARTE, 2003, p. 22).

O dilema da saída dos jovens do campo, não é um debate recente. Ainda não é um assunto superado, até porque desde a implantação da modernização da agricultura no campo, o sistema só se aperfeiçoou, ou seja, só avançou. Portanto, também não foram superadas as consequências desse modelo que, também, vão ficando cada vez mais complexas.

2.2.1. Jovens da Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI - relação com a família, trabalho, renda no campo e com a cooperativa;

Como já abordado na introdução, foram entrevistados 13 jovens com perguntas orientadoras (ANEXO 1), mas não necessariamente seguia-se a ordem, a depender de como fluía o diálogo, deixando aberto para outras perguntas ou questões que iam surgindo no decorrer da conversa.

Gráfico 01: Idade e sexo dos jovens entrevistados



Conforme a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2022), do Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Como é possível observar, quatro jovens ultrapassaram esta orientação, visto que, a contextualização da juventude é mais abrangente do que apenas considerar a faixa etária. A exemplo, são os entrevistados de 37 e 41 anos, que começaram sua trajetória juntos no campo, a mais de 10 anos, mas foram sujeitos importantes para contribuir com o objetivo da pesquisa, assim como os jovens entrevistados de 30 e 34 anos. A maioria dos entrevistados foi de homens, oito no total.

Das cinco mulheres entrevistadas, duas delas são casadas e a Unidade de Produção e Vida Familiar - UPVF que residem atualmente são da família de seus esposos. Uma delas salientou que foi “só quando casou que teve liberdade”. Hoje a sobrevivência da família é em torno do que é produzido e comercializado no campo. Na sua infância e adolescência contribuiu com o trabalho da roça junto com o pai e o irmão, “*tinha que obedecer*”, a mãe era ausente por outro trabalho que desenvolvia fora de casa. O tratamento do pai com o irmão sempre foi diferente, ela por ser mulher, não teve direito de escolher em administrar a propriedade. Hoje é o irmão que conduz a propriedade da sua família. Ela, por ter se casado, consegue, junto com o esposo, pensar e construir junto o trabalho do campo. O envolvimento com as organizações na região, contribuiu muito para gostar e se manter no campo. Os dois são associados da COOPAFI e estão envolvidos com a cooperativa na comercialização através dos Programas Institucionais e participam das atividades vinculadas à

cooperativa. A outra jovem tem 26 anos. Também teve autonomia e “liberdade”, depois que casou com o jovem entrevistado de 28 anos. Os dois sobrevivem do que produzem na UPVF.

Esta realidade encontrada nas entrevistas, não corresponde necessariamente à maioria das famílias agricultoras, que em grande parte, quando as mulheres se casam, a opressão e subordinação continuam, sendo em alguns casos, pior do que as mulheres viviam antes do casamento, evidenciado através da violência contra as mulheres do campo.

O processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. Nas regiões coloniais em que predomina a agricultura familiar, verifica-se um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra (...) (STROPASOLAS, 2004, p. 254).

A região Sudoeste do Paraná é historicamente marcada pelo conservadorismo e pelo machismo. A estrutura patriarcal define as relações de trabalho e de poder entre homens e mulheres, estruturalmente enraizadas desde a infância até a velhice. O espaço privilegiado dos homens sobrecarrega o trabalho e a vida das mulheres, num processo de naturalização histórica.

A sustentabilidade das famílias do campo, são garantidas em sua maioria pelo papel exercido pelas mulheres, no entanto, por ser um trabalho não pago, é um trabalho invisível e desvalorizado. Segundo Saffioti (2011) *“quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas (p. 129).*

Os seres humanos nascem em relações sociais de produção determinadas historicamente, fazendo a história não como querem, mas em determinadas condições sociais (MARX, 2008a apud FÁVERO & PREVITALI, 2016, p. 06). Depois de um longo processo de luta das mulheres, em que se teve conquistas de direitos fundamentais como, por exemplo, o direito à aposentadoria, tiveram-se alguns avanços, como aumento da participação das mulheres nos espaços públicos, mas este debate ainda precisa ser amplamente discutido, inclusive com os homens que também foram educados a oprimir as mulheres. Esta desconstrução histórica e social é um longo caminho necessário a se percorrer que necessita muita formação, organização e condições materiais para se avançar de fato sobre a vida das mulheres.

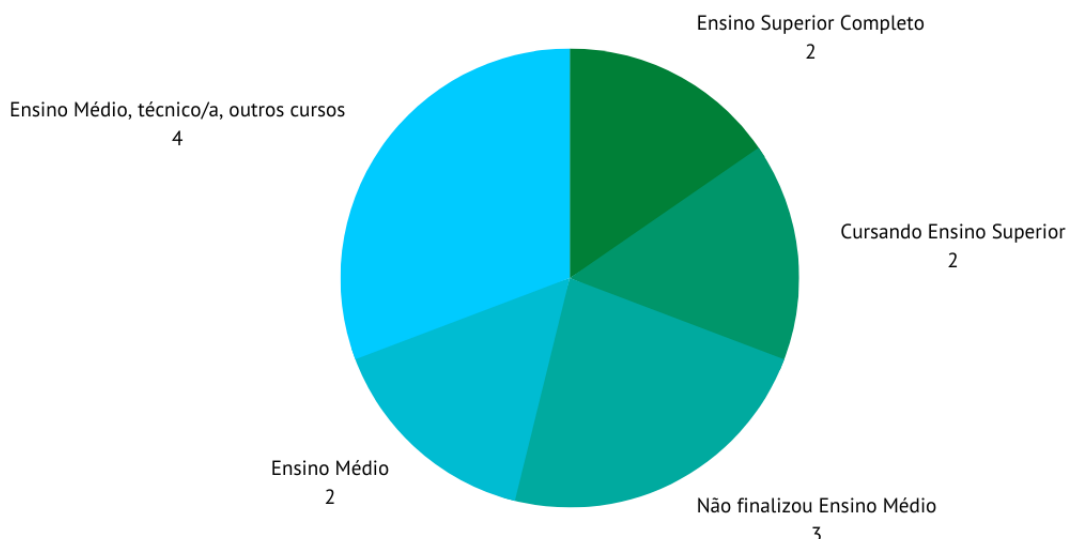
Com relação ao estudo, como se verifica no gráfico 02, dos 13 jovens entrevistados, apenas quatro se interessam em cursar o Ensino Superior, sendo que dois já finalizaram e não chegaram a trabalhar na área e dois ainda estão cursando. Três deles não finalizaram o Ensino Médio, optaram por casar e se estruturar na sua UPVF.

O acesso ao estudo nem sempre foi uma opção para as populações dos campo, hoje ainda com muitas dificuldades e muito para se avançar, esta geração consegue minimamente se projetar neste espaço. Segundo Duarte (2003), a busca pelo estudo no capitalismo está muito centrada na relação trabalho-educação para a chamada “profissionalização”, entendida como o “treinamento” de habilidades específicas para suprir as necessidades do trabalho demandado pela empresa capitalista. Neste processo, alguns têm acesso ao conhecimento para desenvolver a autonomia das habilidades intelectuais pelo domínio do instrumental teórico e metodológico e a outros apenas a habilidade técnica de executar uma função no trabalho.

No entanto, não diminui a importância em nenhuma das situações do acesso ao conhecimento. A educação como parte da história da sociedade foi e é fundamentada a partir da luta de classes. Por isso, lutar por uma educação de qualidade, e que de fato contribua com a formação de crianças, adolescentes e jovens é uma luta justa e necessária.

Gráfico 02: Escolaridade dos jovens entrevistados

Escolaridade



Fonte: Elaboração Própria, 2022.

A busca pelo estudo por alguns dos jovens, pode ter vinculação com o trabalho penoso do campo, que foi uma dificuldade relatada entre todos os jovens entrevistados. Tendo como perspectiva a cidade ou outras áreas de trabalho, pois poderão ter mais folga e mais retorno financeiro. Os jovens entrevistados, gostam de morar no campo, mas é um trabalho muito braçal e penoso, não tem horário e dias de trabalho fixo “*é do nascer ao pôr do sol, de domingo a domingo*”. Isso foi um dos motivos para a decisão de alguns jovens de sair do campo, refletindo a falta de tecnologias apropriadas às pequenas unidades de produção, como já salientadas neste trabalho. Se tivesse um programa específico de incentivo para a juventude, alguns deles teriam interesse em ficar e se estabelecer no campo.

Chayanov, traz em suas reflexões a questão da autoexploração dos agricultores para sobreviver, a busca por atender as necessidades da família e a sustentação econômica, pode resultar em condições piores de trabalho para garantir o trabalho que precisa ser realizado, pela imposição do mercado, pelos preços baixos dos produtos, por falta de tecnologias entre outras questões. A magnitude das suas necessidades de consumo, leva os agricultores a definir o grau e a intensidade da autoexploração de sua força de trabalho (WANDERLEY, 1998).

Quadro 01: Conjunto de informações iniciais

	IDADE	ESCOLARIDADE	COM QUEM RESIDEM	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DA UPVF	PERMANECER OU FICAR NO CAMPO
JOVEM 1	34 anos	8º Série	Esposa e a filha	O jovem com os pais	Ficar
JOVEM 2	30 anos	Ensino Médio – Técnico Agrícola	Pais e uma irmã	O jovem com os pais	Ficar
JOVEM 3	26 anos	Ensino Médio Incompleto	Esposo e a filha	O jovem com a esposa	Ficar
JOVEM 4	25 anos	Magistério e Tecnóloga em Gestão Financeira	Esposo, irmã e pais	Pais	Sair, com probabilidade de voltar um dia

JOVEM 5	37 anos	Geografia, Pedagogia e Pós em Pedagogia	Esposo e duas filhas	A jovem com o esposo	Ficar
JOVEM 6	19 anos	Curso técnico, cursando Ensino Superior	Pais	Pais	Sair
JOVEM 7	19 anos	Cursando Ensino Superior	Pais	Pais	Sair
JOVEM 8	26 anos	Engenharia Química	Pais	O jovem com os pais	Ficar
JOVEM 9	18 anos	Ensino Médio	Pais e a avó	Pais	Sair
JOVEM 10	27 anos	Ensino Médio e cursos técnicos	Pais e irmãos	Pais	Sair, com probabilidade de voltar um dia
JOVEM 11	41 anos	Ensino Médio	Esposa e duas filhas	O jovem com a esposa	Ficar
JOVEM 12	22 anos	Ensino Médio e cursos técnicos	Pais e irmãos	Pais	Sair
JOVEM 13	28 anos	Ensino Médio Incompleto	Esposa e a filha	O jovem com a esposa	Ficar

Na pesquisa, foram identificados jovens que gostam de morar e trabalhar no campo, mas por questões de conflitos geracionais, optaram agora por ter uma experiência na cidade. Percebe-se que existem as condições de trabalho e financeiras, todavia, por questões de falta de autonomia e participação nas decisões da UPVF, a opção em sair, foi a mais apropriada.

De acordo com Abramovay (1998) o interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas, mas também, pelas responsabilidades que eles podem assumir no interior das unidades produtivas. No caso de alguns jovens entrevistados, têm responsabilidades que possuem afinidades, mas não têm participação nas decisões que implicam modificações na UPVF. Percebe-se que a maioria dos entrevistados falam sobre o assunto da autonomia e da dificuldade de contribuição na gestão das UPVFs. Este é um processo de relação de poder construído e reforçado historicamente, para as mulheres jovens este processo é ainda mais dificultoso, esta é uma realidade da grande parte dos jovens do campo.

Através do quadro 01, observa-se que três jovens fazem a gestão da UPVFs junto com os pais. As unidades de produção têm várias fontes de renda, estes jovens ficam responsáveis pela produção e comercialização dos alimentos que estão ligados com a COOPAFI, possuindo autonomia do que produzir, como organizar a produção, a venda e também sobre o retorno financeiro. Dois deles são solteiros, e relataram que para conquistar este espaço de decisão, foram anos de construção, sempre tendo que mostrar para os pais, que eram capazes, apresentando os retornos como se estivessem sempre em prova. O terceiro jovem é casado, a esposa trabalha na cidade e ele frequenta todos os dias a UPVF onde os pais residem. Ali é o local que trabalha em torno da produção de alimentos para a COOPAFI. O ponto comum entre os três, é que os pais “liberaram” a condução desta atividade na UPVF porque estes têm outras fontes de renda, ficando esta atividade em específico para os jovens conduzirem. Os outros jovens que gestam as UPVFs com as esposas e esposos, é porque são herdeiros, tendo total autonomia em toda a UPVF.

Os 7 jovens que querem permanecer no campo, estão envolvidos diretamente com a produção e comercialização dos alimentos que produzem. Todos eles além de comercializarem para

a COOPAFI, também estão envolvidos em outras formas de comercialização, como venda direta nas casas, clientes fixos e feiras. Tem autonomia e vivem do trabalho que desenvolvem no campo.

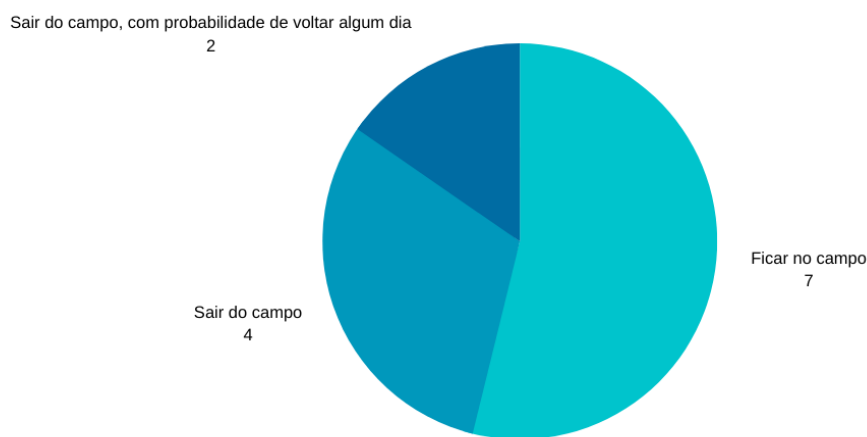
No caso dos seis jovens em que as UPVFs são gestadas apenas pelos pais, mesmo que em alguns casos, o jovem pode se colocar e ter suas opiniões, identificou-se que os jovens pretendem sair do meio rural, como mostrado no gráfico 04. Todos esses jovens têm algum retorno financeiro dos pais, mas consideram não permanecer no campo. Uma razão congruente entre eles é a de não serem os responsáveis principais pelas decisões e condução da produção da UPVF. Entretanto, outras causas como o trabalho penoso, seu interesse em outras atividades econômicas, dentre outras, numa gama de complexidade, podem afetar a ideação de saída do campo como perspectiva de vida.

Como diz Menegozzo (2017), nem sempre os jovens suprem com as expectativas de práticas e valores dos adultos. A família projeta no jovem suas próprias expectativas, sendo a primeira delas a de que ele representa a possibilidade de aproveitamento de oportunidades de elevação ou manutenção de um padrão de vida já alcançado. Mas não é somente em função de questões relacionadas à expectativa de ascensão social e econômica projetada no jovem que esses conflitos se estabelecem. *“Ser jovem implica vivenciar relações de poder e hierarquia social”* (CASTRO, 2009, p.07).

Segundo Castro (2009), a decisão dos jovens pela saída do campo, pode ser uma forma de se afastar da ação da autoridade paterna. Deve-se também analisar a “escolha” entre permanecer ou sair a partir das condições de reprodução social da família e de autonomia do jovem. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização da propriedade. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais, principalmente para as mulheres, que se estendem para os espaços que frequentam.

Gráfico 04: Ideação de permanência ou saída do campo

Permanência ou saída do campo



Fonte: Elaboração Própria, 2022.

As relações de hierarquia nas famílias que vivem no campo, são reflexos de uma estrutura histórica de poder e exploração, em que a classe dominante, que é a minoria, explora e domina a classe trabalhadora, num sistema de opressão.

As relações familiares continuaram centralizadas no poder absoluto do homem, de forma que só 22% dos pais concordavam, em 1903, em dividir responsabilidades do gerenciamento da produção com os filhos "quando esses estiverem preparados". "Em dois terços dos casos do poder paterno é praticamente absoluto sobre a gestão do estabelecimento" (DUARTE, 2003, p. 23).

Para compreender a juventude nesse contexto, é necessário um olhar estrutural do capitalismo, que para além das modificações no modo de produzir, também altera as relações

humanas, políticas, culturais e sociais. Influência nas práticas e valores diários, com conservadorismo, machismo, restrições com base em crenças religiosas, entre outros exemplos. Segundo Menegozzo (2017) os jovens enfrentam uma resistência ativa, começando pelos conflitos que se estabelecem na própria família.

Portanto a família também influencia na permanência ou saída dos jovens do campo, mas lembrando da construção histórica e social em que estes sujeitos estão imbricados, na reflexão do papel social da juventude no capitalismo, na jornada em preparação para o mundo do trabalho em conjunto com o amadurecimento da própria identidade.

2.2.2. Relação dos jovens entrevistados com a COOPAFI

Todos os/as jovens agricultores/as entrevistados possuem uma boa relação de parceria com a COOPAFI. Foi a partir da cooperativa que a maioria deles estruturaram as UPVFs, pois produzem e sabem que terá garantia na comercialização. A maneira como é conduzida a relação de compra e venda, é diferenciada do mercado, isso contribui para continuarem a parceria.

As políticas públicas acessadas pela COOPAFI foram e são muito importantes para manter os agricultores, principalmente os jovens no campo. Mas para além de sócios apenas quando há benefícios, é necessário um processo organizativo mais amplo de elaboração e construção também quando há dificuldades, como diz um dos entrevistados, *“os sócios precisam ser atuantes não apenas estar nos momentos bons”*. Nem sempre os preços dos alimentos são melhores pela COOPAFI, mas entregam mesmo assim por uma questão de fidelidade e parceria.

Os entrevistados acham a Assistência Técnica conduzida pela COOPAFI como primordial e tem contribuído para melhorar a produção e ter resultados concretos para as famílias. Mas *“é importante respeitar a autonomia dos agricultores, pois são eles que conhecem a UPVF”*. A relação dos agricultores e a assistência técnica tem sido de parceria e troca de conhecimento.

Segundo falas dos entrevistados, pelo tamanho que tem Francisco Beltrão, a COOPAFI teria potencial de uma cozinha industrial, isso aproveitaria melhor os alimentos que chegam, sem perda de produtos.

Enquanto COOPAFI não tem um programa específico para os jovens, alguns salientaram que se tivesse algum programa, poderia contribuir para que mais jovens ficassem no campo.

Os jovens da COOPAFI possuem uma relação de trabalho, em decorrência do processo de produção e comercialização que estão envolvidos, mas não há grupos de jovens da cooperativa ou espaços de auto-organização desses jovens, e não há organização dos jovens para reivindicar este espaço. Seria importante avançar em processos de auto-organização da juventude, para além de espaços concedidos por alguém. Esta forma organizativa é a que mais teve avanços historicamente, que permite maior autonomia para debater e se organizar a partir de questões particulares dos jovens atrelado a luta maior da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses/agricultores familiares historicamente resistem e lutam para garantir a sua existência e sua sobrevivência. A luta dos povos do campo contra o latifúndio existe desde as primeiras expropriações. Neste processo os jovens do campo, também lutam por espaço e direito de viver no campo.

Apesar dos limites desta pesquisa, em que ficaram várias lacunas que não puderam ser aprofundadas no momento, foi possível identificar elementos que seria importante fazer novas pesquisas, pois são dados e informações que podem não representar o todo da COOPAFI e da agricultura familiar, no entanto os elementos trazidos permitiram trazer alguns aspectos relevantes para compreender a interferência na decisão dos jovens em sair ou permanecer no campo.

A permanência dos jovens no campo na região depende amplamente de políticas e programas governamentais específicos para a juventude, como parte de um processo organizativo maior. Linhas de crédito, tecnologias apropriadas a pequenas unidades de produção e garantia de

comercialização. Este processo precisa ser construído em conjunto com as famílias e as organizações em que estão envolvidos, pois não adianta programas se o jovem não tem autonomia de participar dos mesmos.

Dos 13 entrevistados, sete são os principais responsáveis pela gestão da UPVF, sendo que dependem amplamente do trabalho que desenvolvem para sobreviver. Estes são os jovens que não pretendem sair do campo. Os seis jovens em que a UPVFs são gestadas pelos pais, são os jovens que pretendem sair do campo, quatro deles trabalham com os pais e possuem participação na renda familiar. Conclui-se que a falta de autonomia na gestão das UPVFs e a questão do trabalho penoso no campo, foram um dos principais motivos que contribuíram na decisão da não permanência no campo de quase metade dos entrevistados. É importante que se construa condições materiais para a permanência dos jovens no campo, mas é um processo que necessita de um amplo diálogo entre a família para a garantia e liberdade do envolvimento dos jovens com processos organizativos, formativos e participação nas políticas e programas específicos para a juventude, quando houver, que levem em consideração linhas de crédito, tecnologias apropriadas a pequenas unidades de produção e garantia de comercialização.

O sudoeste do Paraná tem muito potencial produtivo e organizativo. É necessário canalizar as ações desenvolvidas na região para um processo acumulativo de força e articulação para com a juventude do campo, isso é estruturante para garantir inclusive a existência da agricultura familiar.

O tema da juventude ocupa um papel privilegiado nos discursos e planejamento das organizações e movimentos populares da região, no entanto, há pouca implementação em ações que de fato gerem resultados concretos.

Os que querem permanecer no campo, se desenvolveram e se encontraram, principalmente na questão do trabalho que se desdobra em autonomia financeira, estabilidade e liberdade. A decisão de ficar no campo, tem a ver com a vontade e afinidade, mas muito mais que isso, porque tem elementos concretos e materiais que garantem esta permanência, da mesma forma para aqueles que optaram em sair.

Outro elemento que apareceu neste trabalho, é sobre a questão das mulheres agricultoras no processo de autonomia e liberdade, que tiveram depois que casaram, é importante salientar que esta realidade não corresponde à maioria das mulheres no campo, pelo condição histórica e estrutural do patriarcado e do capital, as mulheres ao se casarem continuam na situação de oprimidas e exploradas podendo ser, uma realidade pior do que as mulheres viviam antes do casamento, expressado no alto índice de violência contra as mulheres do campo. É necessária muita formação, organização e condições materiais para se avançar de fato sobre a vida das mulheres.

É importante a COOPAFI encontrar formas de estar mais próximo dos jovens como, por exemplo, processos formativos agregando parte técnica/produtiva com a formação política. É preciso construir juntos/as alternativas para fortalecer aqueles que estão no campo, envolvê-los, dar responsabilidades/tarefas e as demais ações necessárias aqui já relatadas. É preciso uma atenção e pensar alternativas de autonomia com aqueles jovens que desempenham um papel secundário nas UPVFs, pois esta forma de gestão pode ser um sinal de alerta para sua saída mais a frente.

Considera-se significativo a COOPAFI também contribuir para processo de formação que indique a auto-organização desses jovens, pois é uma forma organizativa que mais teve avanços e acúmulo histórico e que só viria a fortalecer os jovens e a cooperativa. Ser ouvido, ter voz, é uma exigência de todas as pessoas, principalmente aquelas que são oprimidas. Quanto mais vozes silenciadas, mais fortalecido fica o projeto do capitalismo. Isso tem a ver com relações de poder estabelecidas neste modelo de sociedade.

As relações capitalistas reestruturaram as relações humanas, de trabalho e de sobrevivência. Para resgatar e fundir novas relações, é preciso a transformação completa desta sociedade para um novo modelo, sem exploração e dominação. Medidas paliativas são importantes e fundamentais, mas precisam estar baseadas e canalizadas nesta transformação, melhorando as relações sociais, e possibilitando condições reais de melhoria da vida, ainda que dentro do sistema capitalista.

A história mostrou que quando as pessoas se unem, se organizam e lutam juntas, têm mais chances de vencer frente a um inimigo comum. Portanto, é primordial a organização dos jovens, neste caso na COOPAFI, com um amplo processo de formação, para sua compreensão enquanto sujeito transformador, alinhado ao processo de luta para garantia de melhores condições para o campo, especialmente para os jovens.

4 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 18 de dez de 2022.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. VII Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, em Quito, 2006.

DAVID, Ari de. **Competitividade das cooperativas do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar – Sisclaf**. Francisco Beltrão, 2009.73f. Monografia (Especialista) – Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Gestão do Cooperativismo Solidário. UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão. Disponível em: <https://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/52.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

DUARTE, Valdir. **Escolas públicas do campo: problemáticas e perspectivas**. ASSESOAR, Francisco Beltrão, 2003.

FAJARDO, S.; ROCHA, M. M. **Aspectos do ideário cooperativista e o cooperativismo no Brasil**. Campo-Território. v. 16, n. 43, p. 22-47, dez., 2021.

FÁVERO, Douglas Gonsalves & PREVITALI, Fabiane Santana. **A contribuição do método marxiano para o estudo da juventude**. X Seminário Nacional do HISTEDBR. UNICAMP, 2016.

KOLING, José Paulo. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações**. Guarapuava, PR. Ed. Unicentro, 2018.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. **Juventude e política: ensaios e entrevistas**. 1º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957) [recurso eletrônico]** / Luís Fernando Lopes Pereira -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SANTOS, Roseli Alves dos. O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. 2008. 246 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105021>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O valor (do) casamento na agricultura familiar**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura de Santa Catarina, 2004 by Revista Estudos

Feministas. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/CsLPVp8QgSntXCXjZMsCmBz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:
22 de fevereiro de 2023.

UFFS. **Projeto Político Pedagógico**. Curso de Especialização em Realidade Brasileira. Laranjeiras do Sul, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDERBURG, Alfio. Para pensar outra agricultura. Curitiba, Ed. UFPR, 1998. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/738774/mod_resource/content/2/Wanderley%2C%20M.N.%20B.%20sobre%20Chayanov.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2023.

5. ANEXO 1

ROTEIRO DE PERGUNTAS ORIENTADORAS NA CONVERSA COM OS(AS) JOVENS

DATA: ___/___/___/

NOME: _____ IDADE: _____

ESCOLARIDADE: _____

- 1) Aonde mora atualmente?
- 2) Quem e quantas pessoas residem com você?
- 3) Se for no campo, a unidade familiar é própria ou arrendada? Tamanho da área... Principais atividades.... (leite, plantação....) comercialização....
- 4) Se mora na cidade, porque saiu do campo? Como era a relação com os pais e a renda?
- 5) Quantas trabalham no campo?
- 6) Como é a divisão de tarefas?
- 7) Algum membro da família já deixou o meio rural? Se sim Porque? E que atividade está no momento....
- 8) Relação dos jovens com os pais/família.... tem autonomia? Ou trabalha dando continuidade às atividades produtivas dos pais? Tem boa aceitação de suas ideias? Como é a divisão da renda?
- 9) Relação com a cooperativa que mecanismos concretos existe para inserir a juventude? Tem formação política e técnica, fomenta isso?
- 10) Sobre o lazer...
- 11) O que eles consideram vida boa no campo?
- 12) Conhecem outros jovens que vivem no campo?
- 13) Acessa alguma política pública?
- 14) Existe alguma política específica que deveria ser implementada pela COOPAFI ou pelo governo ou prefeituras para contribuir na permanência dos jovens no campo? Qual ou quais?
- 15) Você acha que o campo é atrativo para os jovens? O que falta para o campo ser atrativo?